



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA - RN
Rua São José, nº 05, Centro. CEP.: 59930-000.
CGC. (MF) 08.355.471/0001-24
Site: www.coroneljoaopessoa.rn.gov.br



RECIBO DO EDITAL DO PREGAO PRESENCIAL Nº 0015/2015

(FAVOR ENVIAR VIA E-MAIL)

Para Editais retirados através dos sites www.coroneljoaopessoa.rn.gov.br o interessado em participar deste Pregão deverá, para possibilitar comunicações consideradas importantes por parte do Pregoeiro, informar no Setor de Licitação pelo e-mail: licitacaocjp@hotmail.com, os seguintes dados:

NOME DA LICITANTE: _____

CNPJ: _____

ENDERECO: _____

CEP: _____

CIDADE: _____

ESTADO: _____

TELEFONE: _____

FAX: _____

E-MAIL: _____

PESSOA PARA CONTATO: _____

DATA: _____

(assinatura)

OBS.: Toda informação adicional deste certame será divulgada conforme exigência em Lei. Faz-se saber que o não envio deste documento preenchido corretamente, exime a Administração da obrigação de qualquer eventual informação deste Pregão diretamente a licitante. Todas as empresas interessadas em participar deveram enviar por e-mail este recibo.

ATENÇÃO: APÓS RETIRADO DO EDITAL, A EMPRESA INTERESSADA DEVERÁ SOLICITAR VIA EMAIL A PLANILHA DOS ITENS NO FORMATO EXCEL. A PLANILHA SERÁ ENVIADA PARA A EMPRESA PARTICIPANTE E A MESMA DEVERÁ NO DIA E HORA DA SEÇÃO APRESENTAR EM PENDRIVE OU CD, COM O INTUITO DE AGILIZAR O INÍCIO DO CERTAME.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA - RN
Rua São José, nº 05, Centro. CEP.: 59930-000.
CGC. (MF) 08.355.471/0001-24
Site: www.coroneljoapessoa.rn.gov.br



EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 0015/2015

A Comissão de Licitação da PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA, nomeada pela **Portaria nº 073/2015, de 26 de fevereiro de 2015**, torna público, situada à Rua São José, 05 - Centro, serão recebidos os documentos para Credenciamento e envelopes de Documentação de Habilitação e de Proposta de Preços, para a licitação na modalidade **Pregão Presencial - SRP**, visando o cumprimento do objeto da presente.

DATA DE ABERTURA: **02/07/2015 (02 DE JULHO DE 2015)**.
HORA DE ABERTURA: **08:00 (OITO HORAS)**.
ENDEREÇO DA SEÇÃO: SETOR DE LICITAÇÕES, RUA SÃO JOSÉ, 05,
CENTRO - CORONEL JOÃO PESSOA/RN - CEP: 59.930-000.

DO ACESSO AO EDITAL:
O EDITAL ESTÁ DISPONÍVEL GRATUITAMENTE NO SITE
WWW.CORONELJAOPESSOA.RN.GOV.BR OU RETIRADO NO
ENDEREÇO CITADO.

1. DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1 Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho 2002, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal nº 026, de 03 de Junho de 2014 e do Decreto Federal nº 7.892 de 23/01/2013, publicado D.O.U.de 24/01/2013, e subsidiariamente a Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie e ainda, pela Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Complementar nº. 147/14, com suas alterações e do disposto no presente edital e seus anexos.

2. DO OBJETO

2.1 A licitação em questão, na modalidade **Pregão Presencial - SRP**, tem por objetivo a **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA CONSTRUÇÕES E REFORMA**, conforme especificações constantes no Termo de Referência, anexo deste Instrumento.

3.0 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. A participação nesta licitação implica na aceitação plena e integral de todos os itens e condições previstos no presente Instrumento Convocatório, bem como nas legislações conforme item 1.1.

3.2. A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA se reserva no direito de cancelar a presente **Pregão Presencial - SRP**, no todo ou em parte, de acordo com as condições estabelecidas na legislação pertinente, assim como reduzir ou aumentar respeitados os limites de 25% sem que caiba aos licitantes o direito de reclamação ou indenização.

3.3. Só poderão participar desta Licitação empresas ou pessoas físicas devidamente cadastradas ou que atenderem a todas as condições exigidas na data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação (Art. 22, inciso II, § 2º da Lei 8.666/93).

3.4. Todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação poderão participar deste certame, desde que preencham as condições de credenciamento constantes deste Edital.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA - RN

Rua São José, nº 05, Centro. CEP.: 59930-000.

CGC. (MF) 08.355.471/0001-24

Site: www.coroneljoapessoa.rn.gov.br



3.5. – A verificação da compatibilidade do objeto da contratação com a atividade da licitante dar-se-á na fase de Habilitação.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. Para o credenciamento deverão ser apresentados, em um envelope, os seguintes documentos:

4.1.1. Tratando-se de representante legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, devidamente autenticado, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

4.1.1. Tratando-se de representante legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, devidamente autenticado, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

4.1.2. Tratando-se de procurador, a **procuração por instrumento público ou particular específica**, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, que comprove os poderes do mandante para a outorga.

4.1.3 RG e CPF do representante.

4.1.4 Certidão emitida via internet da situação da empresa no Simples Nacional.

4.1.5 **DECLARAÇÃO** de que a empresa cumpre os requisitos de habilitação.

4.1.6 O licitante que se enquadre na categoria de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e que queira usufruir dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/06 e Lei Complementar nº 147/14, **deverá apresentar Declaração de Qualificação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, emitida pela Junta Comercial.**

4.2. O representante legal ou o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

4.3. Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

4.4. Se o licitante não credenciar um representante estará abdicando do direito de fazer lance e, principalmente, de recorrer dos atos do Pregoeiro.

4.5. Os documentos apresentados através de cópia produzida por qualquer processo de reprodução, deverão ser autenticados por cartório competente ou pela **Comissão Permanente de Licitação até 2 (dois) dias antes da abertura do certame.**

4.6 É facultada o Pregoeiro e ao Prefeito, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução deste processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da habilitação ou da proposta do licitante.



5. DA PROPOSTA DE PREÇOS - ENVELOPE Nº 01

5.1 A proposta deverá obedecer as especificações deste **Pregão Presencial - SRP**, bem como as recomendações abaixo:

5.2 Ser apresentada em **UMA VIA**, em papel timbrado da própria empresa participante, redigida em português, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devendo todas as folhas ser assinadas pelo representante legal da licitante.

5.3 Caso a empresa seja possuidora de mais de um posto, especificar na proposta a relação dos mesmos e respectivos endereços.

5.4 Prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias corridos da data marcada para seu recebimento.

5.5 **DECLARAÇÃO** de que está de acordo com todas as exigências deste **Pregão Presencial - SRP**.

5.6 Deverá ser especificado na proposta de preços a marca do produto oferecido.

5.7 As solicitações do item 5.6 são obrigatórias, sendo desclassificada a proposta que não atender a solicitação.:

5.8 As propostas deverão também ser apresentadas em envelopes fechados, rubricados no fecho, contendo o seguinte título:

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA
Pregão Presencial - SRP N.º 0015/2015
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA DE PREÇOS

6. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO - ENVELOPE Nº 02

6.1 Só serão habilitados as licitantes que apresentarem todos os documentos abaixo relacionados com observância de todas as suas exigências:

6.1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;
- c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea “b”, deste subitem;
- d) Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em



exercício;

e) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

6.1.1.1 - Os documentos relacionados nas alíneas "a" a "e" deste subitem 6.1.1 não precisarão constar do Envelope "Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão, os quais serão demonstrados e analisados na fase exigida.

f) Alvará de funcionamento - Portas abertas.

6.1.2 - REGULARIDADE FISCAL

6.1.2.1 - prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), com data de expedição não anterior a 90 (noventa) dias da data de abertura da licitação;

6.1.2.2 - prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver, relativo à sede da licitante, pertinente ao ramo de sua atividade e compatível com o objeto do certame;

6.1.2.3 - provas de regularidade, em plena validade, para com:

6.1.2.3.1 - certidão de regularidade fiscal RFB/PGFN (consistindo em certidão conjunta de débitos relativos a tributos federais, dívida ativa da União e contribuições previdenciárias);

6.1.2.3.2 - a Fazenda Estadual (consistindo em certidão negativa quanto à dívida ativa do Estado);

6.1.2.3.3 - a Fazenda Municipal (através de certidão negativa de débitos relativos a tributos municipais);

6.1.2.3.4 - o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (Certificado de regularidade junto ao FGTS);

6.1.3.6 - prova de inexistência de débitos trabalhistas (CNDT - Certidão Negativa de Débito Trabalhista).

6.1.4 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado às mesmas o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Pregoeiro, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, estas com efeito de negativa (art. 43, parágrafo primeiro da LC 147/14).

6.1.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA - RN

Rua São José, nº 05, Centro. CEP.: 59930-000.

CGC. (MF) 08.355.471/0001-24

Site: www.coroneljoापessoa.rn.gov.br



6.1.3.1 Certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da licitante para este fim, datada de no máximo 90 (noventa) dias corridos anteriores à data de realização da sessão pública de processamento do presente pregão, se outro prazo não for definido na própria certidão.

6.1.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.1.4.1 Capacidade Técnico-Operacional: Comprovação de aptidão do licitante, de que executou objeto semelhante ao desta licitação, através de atestado (s) ou Certidão (ões) fornecida (s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado compatível com o objeto do certame.

6.1.5 - OUTRAS COMPROVAÇÕES

6.1.5.1 - **DECLARAÇÃO** de que inexistente qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação, que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público, ou suspensão de contratar com a Administração, e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes;

6.1.5.2 - **DECLARAÇÃO** de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre bem como não emprega menor de dezesseis anos.

6.1.5.3 - **DECLARAÇÃO** do licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho.

6.2 Os documentos acima mencionados poderão ser substituídos pelo CRC, emitido pela PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA, à exceção dos documentos referente a regularidade fiscal.

6.3 Os documentos para a habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia devidamente autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pela Comissão.

6.4 Não serão admitidas na licitação, como proponentes, pessoas físicas ou jurídicas reunidas em consórcio.

6.5 Toda a documentação de habilitação deverá ser entregue em envelope devidamente fechado, rubricado no fecho, contendo o seguinte título:

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA
Pregão Presencial - SRP N.º 0015/2015
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
ENVELOPE N.º 02 - HABILITAÇÃO

7. DOS PROCESSAMENTOS LICITATÓRIOS

7.1 No dia, hora e local designados nesta Pregão, na presença das licitantes e demais pessoas que queiram assistir ao ato, observando o disposto no item 4.1. desta Pregão, a Comissão de Licitação



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA - RN

Rua São José, nº 05, Centro. CEP.: 59930-000.

CGC. (MF) 08.355.471/0001-24

Site: www.coroneljoापessoa.rn.gov.br



receberá em envelopes distintos, devidamente fechados, os documentos exigidos para habilitação e as propostas de preços. Os envelopes deverão indicar a modalidade, o número e o seu conteúdo "PROPOSTA DE PREÇOS" e "HABILITAÇÃO".

7.2 Serão abertos, primeiramente, os envelopes contendo a documentação de habilitação que será analisada e rubricada pela Comissão e Licitantes, caso a Comissão julgue necessário, poderá suspender a reunião para analisar os documentos de habilitação para diligências e consultas, marcando nova data e horário em que comunicará sua decisão as licitantes.

7.3 Ocorrendo a hipótese do subitem anterior, todos os documentos e os envelopes contendo as propostas, devidamente fechados, deverão ser rubricadas pela Comissão e Licitantes presentes, ficando em poder daquela até que seja decidida a habilitação.

7.4 A Comissão manterá em seu poder, as propostas das licitantes inabilitadas, com os envelopes devidamente fechados e rubricados, até o término do período recursal de que trata o item I, do artigo 109, da lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

7.5 Após o término do período recursal de que trata o item anterior, será comunicado as licitantes, nova data para a abertura das propostas e devolução dos envelopes de propostas das licitantes inabilitadas.

7.6 Não havendo licitante inabilitada, ou se todas as inabilitadas manifestarem desistência e desinteresse em interpor recurso(dessa intenção constará Ata a ser lavrada e que deverá então ser assinada por todas as licitantes presentes), será procedida a devolução dos envelopes de propostas das licitantes inabilitadas.

7.7 Instalada a sessão de abertura dos envelopes contendo as Propostas Comerciais no dia e hora marcados, o Presidente apresentará aos licitantes os envelopes "B" que permanecerão lacrados tais quais estavam quando recebidos pela Comissão, que examinarão as propostas apresentadas.

7.8 Em seguida todas as propostas serão postas a disposição dos licitantes para que os que desejarem, as examinem e rubriquem.

7.9 Após o exame das propostas comerciais pelos licitantes interessados, a Comissão receberá os apontamentos feitos por eles durante o exame e concluirá pela procedência ou não das questões suscitadas.

7.10 Caso surjam dúvidas que não possam ser dirimidas pela Comissão durante as sessões, cabe ao Presidente decidir pela suspensão da sessão a fim de que sejam tomadas com o objetivo de que sejam elas suficientemente esclarecidas.

7.11 Ao Presidente da Comissão é assegurado o direito de suspender qualquer reunião, por motivo de força maior, e marcar seu reinício para outro dia e horário, no mesmo local ou em outro.

7.12 A Comissão poderá solicitar pareceres técnicos a fim de obter melhores subsídios para as suas decisões sobre o análise da Documentação de Habilitação e as Propostas Comerciais.

7.13 Todos os documentos entregues dentro dos envelopes integrarão o processo e, enquanto durar a licitação, estarão sob a responsabilidade da Comissão Permanente de Licitação.

7.14 Compete a Comissão avaliar méritos dos documentos e das informações por elas solicitadas, se julgar conveniente.

8. DOS JULGAMENTOS DAS PROPOSTAS

8.1 O critério para julgamento da presente Pregão é o de MENOR PREÇO POR ITEM.

8.2 Será considerada vencedora a proposta que apresentar o MENOR PREÇO PARA CADA ITEM.

8.3 Caso duas ou mais propostas tenham obtido empate, será realizado entre elas o sorteio previsto na Lei 8.666/93, e suas demais alterações, para a determinação da vencedora e classificação das demais.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA - RN

Rua São José, nº 05, Centro. CEP.: 59930-000.

CGC. (MF) 08.355.471/0001-24

Site: www.coroneljoapessoa.rn.gov.br



- 8.4 As demais propostas permanecerão classificadas, na ordem crescentes de seus preços ofertados.
- 8.5 Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços excessivos ou inexequíveis.
- 8.6 Após decididos os recursos, eventualmente interpostos e adjudicado o objeto da licitação à vencedora, o julgamento será submetido ao(s) Secretário(s) Municipal(is) competente(s), para homologação.
- 8.7 Caso o resultado do julgamento não apresente vencedor, solicitar-se-á a realização de outra Licitação.

9. DAS PENALIDADES

- 9.1 O não cumprimento das obrigações assumidas pela licitante acarretará a aplicação, no que couber, das penalidades previstas nos artigos 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93, garantida a prévia defesa.
- 9.2 A Adjudicatária ficará sujeita a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do faturamento mensal, por infração de qualquer cláusula editalícia.
- 9.3 Considerar-se infratora a licitante que, injustificadamente, recusar-se a assinar o Termo de Contrato, dentro do prazo estabelecido pela Administração, sujeitando-se as penalidades legais estabelecidas nesta Pregão.

10. DA CONTRATAÇÃO

- 10.1 A Contratante convocará a licitante vencedora para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias consecutivos, proceder a assinatura do Contrato.
- 10.2 Formalizando a contratação será firmado Nota de Empenho com a licitante vencedora.
- 10.3 Serão parte integrante da contratação, todos os elementos apresentados pela licitante vencedora, que não contrarie os termos desta Pregão e seus Anexos.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A Licitante vencedora obrigar-se-á a:

- 11.1 Fica a contratada na obrigação de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 11.2 Fornecer com presteza e dignidade os produtos objeto desta Pregão.
- 11.3 Não transferir a terceiro, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio assentimento por escrito da Administração.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração obrigar-se-á a:

- 12.1 O Contratante exigirá o fiel cumprimento do Edital e Contrato.
- 12.2 Cumprir os encargos referentes aos pagamentos, na forma convencionada neste Instrumento e no respectivo Contrato.
- 12.3 Levar, desde logo, ao conhecimento da empresa vencedora as turbações de terceiros que pretendam fundadas em direito.
- 12.4 Não transferir a terceiro, por qualquer formas, no todo ou em parte, os direitos decorrentes desta licitação sem prévio e expresse assentimento da empresa vencedora.

13. DA FORMA DE FORNECIMENTO

- 13.1 Os produtos deverão ser entregues de forma parcelada e de acordo com a conveniência e



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA - RN

Rua São José, nº 05, Centro. CEP.: 59930-000.

CGC. (MF) 08.355.471/0001-24

Site: www.coroneljoापessoa.rn.gov.br



necessidade da SOLICITANTE, na sede do Município, sendo que o prazo máximo não poderá ser superior a **02 dias**, contados da ORDEM DE COMPRA da referida Secretaria, no horário das 07H00MIM às 12H00MIM, de segunda a sexta-feira, até que seja atingida a quantidade total registrada na ata, sendo o objeto conferido e atestado pelo setor competente.

13.2 Provisoriamente, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações, devendo ser feito por pessoa credenciada pela Contratante.

13.3 definitivamente, sendo expedido termo de recebimento definitivo, após a verificação da qualidade e quantidade do objeto, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas e conseqüentes aceitação das Notas Fiscais pelo gestor da contratação, devendo haver rejeição no caso de desconformidade.

14. DO PAGAMENTO

14.1 O pagamento dos produtos fornecidos, será efetuado pela Administração, mensalmente, em moeda corrente, conforme o valor apresentado na fatura correspondente e certificado pelo setor competente limitando-se o desembolso máximo em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros do Tesouro Municipal, em prazo não superior a 30 (trinta) dias, após o adimplemento do fornecimento.

14.2 O pagamento será efetuado através de Débito em Conta.

14.3 Nenhum pagamento será efetuado a licitante vencedora, antes paga, depositada ou relevada a multa imposta.

15. DA RESCISÃO CONTRATUAL

15.1 O(s) Contrato(s), resultante(s) desta licitação, poderá(ão) ser rescindido(s) de conformidade com o disposto nos artigos nºs 77, 78 e 79, da Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores.

15.2 Na hipótese de ocorrer a sua rescisão administrativa, são assegurados a Administração os direitos previsto no Art. 80 da aludida defesa legal. No caso de rescisão administrativa ou amigável, essa deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada do Prefeito Municipal de Coronel João Pessoa-RN

16. AS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 O Atraso injustificado na execução do contrato, inadimplemento, sujeitará o contratado às seguintes sanções:

a) Advertência

b) Multas necessárias, conforme segue:

b.1) O prazo de entrega deverá ser rigorosamente observado, ficando desde já estabelecido a multa de 0,3% (três décimo por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor do faturamento mensal, caso seja inferior a 30 dias.

b.2) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do faturamento mensal, no caso de atraso superior à 30 dias.

c) Suspensão temporária do direito de participar em licitações e impedimento de contratar com a PREFEITURA DE CORONEL JOÃO PESSOA, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.2 A PREFEITURA, sem prejuízo das sanções aplicáveis, reterá crédito, promoverá cobrança judicial ou extrajudicial, a fim de receber multas aplicadas e resguardar-se dos danos e perdas que tiver sofrido por culpa da EMPRESA CONTRATADA.



17. DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

17.1 O prazo de vigência da ATA DE REGISTRO DE PREÇO será de 12 meses, ou enquanto decorrer o fornecimento dentro da vigência.

18. DOS RECURSOS

18.1 Das decisões proferidas pela Administração decorrentes da presente licitação, caberá recurso de acordo com o Art. 109, da Lei 8.666/93.

18.2 Os recursos serão dirigidos ao Prefeito Municipal de Coronel João Pessoa, intermédio do Presidente da Comissão de Licitação, devidamente arrazoado, e submetida pelo representante legal da empresa, observando-se os prazos de que trata o Art. 109, da Lei nº 8.666/93, e suas demais alterações.

19. DA FISCALIZAÇÃO

19.1 A execução dos serviços/fornecimento será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por servidor em exercício nesta Prefeitura, designado pelo Prefeito.

19.2 A fiscalização, exercida no interesse da Administração, não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante a terceiros, por qualquer irregularidade e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade Poder Público ou seus agentes e prepostos.

19.3 Quaisquer exigências da fiscalização, dentro do objeto do contrato, deverão ser prontamente atendidas pela contratada, sem ônus para a PREFEITURA MUNICIPAL.

20. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1 As despesas decorrentes com os serviços/fornecimento, objetos desta Licitação correrão a conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

Órgão	Unid. Orç.	Projeto/Atividade	Elemento de Despesa
02	07	15.452.0058.2.019.0000	4.4.90.51.00

21. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

21.1- A Ata de Registro de Preços será formalizada, com observância das disposições do Decreto Municipal nº. 026/2014, no que couber e será subscrita pela autoridade que assinou o edital.

21.2- A Ata de Registro de Preços deverá registrar o(s) preço(s) e o(s) fornecedor(es) do(s) produto(s), com observância da ordem de classificação, as quantidades e as condições que serão observadas nas futuras contratações.

21.2.1 – Ao preço do primeiro colocado serão registrados tantos fornecedores quantos concordarem.

21.3- A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelos eventuais beneficiários no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da convocação. A proponente que deixar de fazê-lo no prazo estabelecido, dela será excluída.

21.4- Colhidas às assinaturas, esta Prefeitura Municipal providenciará a imediata publicação da Ata.

21.5- O prazo de validade do Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da publicação da respectiva Ata.

21.6- A existência de preços registrados não obriga esta Prefeitura Municipal a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

21.7- Assegurados o contraditório e a ampla defesa, o fornecedor do bem terá seu Registro de Preços cancelado quando:



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA - RN

Rua São José, nº 05, Centro. CEP.: 59930-000.

CGC. (MF) 08.355.471/0001-24

Site: www.coroneljoापessoa.rn.gov.br



- 21.7.1- Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- 21.7.2- Recusar-se a celebrar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido por esta Prefeitura Municipal, sem justificativa aceitável;
- 21.7.3- Não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àquele praticados no mercado;
- 21.7.4- For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- 21.7.5- For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.
- 21.8- Independentemente das previsões retro indicadas, o fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.
- 21.9- Os fornecedores incluídos na Ata de Registro de Preços estarão obrigados a fornecer, nas condições estabelecidas no ato convocatório, respectivos anexos e na própria ata.

22. DA COTA RESERVADA DE ATÉ 25% PARA ME E EPP

22.1 Conforme instituído pelo artigo 48, III, da Lei Complementar 123/06, na redação dada pela Lei Complementar 147/14, fica reservada cota para a contratação de microempresas, empresas de pequeno porte e o microempreendedor individual, por força do art. 18-E da mesma lei complementar.

22.2 Se não houver competidor enquadrado como microempresas, empresas de pequeno ou microempreendedor individual capaz de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório relativamente ao(s) lote(s)/item(ns) a ela reservado(s), ou não houver proposta válida para a(s) cota(s) reservada(s) será ela(s) adjudicada ao vencedor da cota principal e, obrigatoriamente, pelo mesmo valor unitário adjudicado.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1 Durante o procedimento licitatório, toda documentação será entregue pessoalmente pelo representante credenciado da empresa, conforme estabelecido nesta Pregão.

23.2 Não serão permitidos quaisquer adendos, acréscimos ou retificações aos documentos e propostas depois de apresentados, ressalvando o disposto no subitem 23.3. desta Pregão.

23.4 Nenhuma indenização será devida as licitantes pela apresentação e elaboração de documentação e proposta relativa a presente Pregão.

23.5 As licitantes deverão cumprir recomendações desta Pregão, uma vez que a inobservância de qualquer dispositivo o dele constante, constitui motivo de invalidação irreversível de suas propostas.

23.6 Será facultada a Comissão de Licitação ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

23.7 A Prefeitura de Coronel João Pessoa poderá anular ou revogar a presente licitação, por iniciativa própria e em despacho motivado, sem que de tal decisão caiba qualquer indenização as licitantes.

24.8 Simples omissões ou irregularidades irrelevantes, sansíveis ou desprezíveis, a exclusivo critério da Comissão de Licitação, e que não causem prejuízo ao entendimento da documentação e da proposta, poderão ser relevadas.

24.9 Não será classificada a licitante que, por inadimplência, tenha dado causa a rescisão de contrato celebrado com a PREFEITURA MUNICIPAL ou a qual tenha sido aplicada qualquer das penas previstas no Art. Nº 87, inciso III e IV, da Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA - RN

Rua São José, nº 05, Centro. CEP.: 59930-000.

CGC. (MF) 08.355.471/0001-24

Site: www.coroneljoapessoa.rn.gov.br



24.10 A Comissão de Licitação poderá desclassificar as proponentes por ato fundamentado, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, caso comprove, qualquer fato que desabone a idoneidade financeira, capacidade técnica ou administrativa dessas licitantes.

24.11 Para fins judiciais, competente é o Juiz, na Seção Judiciária do Município de Coronel João Pessoa.

24.12 Cópia desta Pregão será fornecida gratuitamente no endereço mencionado, no caput deste Edital.

24.13 Poderão ser solicitadas, de qualquer licitante, informações, documentos ou esclarecimentos complementares, a critério da Comissão de Licitação.

24.14 Quaisquer dúvidas sobre elementos inerentes a presente licitação poderão ser esclarecidas pela Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Coronel João Pessoa, no horário das 08:00 as 13:00 horas.

24.15 Decairá do direito de impugnar os termos desta Pregão o licitante que, tendo-os aceito sem objeções, venha apontar, depois da abertura dos envelopes de habilitação, falhas ou irregularidades que o viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

24.16 Os casos omissos serão resolvidos pela Prefeitura de Coronel João Pessoa.

24.17 A participação da licitante implica aceitação plena de todos os termos desta Pregão.

24.18 Na hipótese de não haver expediente no dia da abertura da presente licitação, ficará esta transferida para o primeiro dia útil subsequente, de funcionamento normal desta repartição, no mesmo local e horário anteriormente estabelecidos.

Coronel João Pessoa-RN, 18 de Junho de 2015.

FRANCISCO HERMINIO DE SOUZA
Secretário



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 Registro de preço para futura e eventual aquisição de material para construções e reforma

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1 Justificamos a aquisição de material de construção para eventuais reformas e pequenos reparos e adaptações na estrutura física dos prédios públicos deste município, visando manter as instalações adequadas a um ambiente seguro e conservado, proporcionando estímulo, saúde e bem estar não somente aos servidores, mas também a toda a comunidade em geral que utiliza os serviços prestados pela unidade municipal.

3. DA DESCRIÇÃO DOS ITENS/LOTE

3.1 Do item 001 ao 058 são destinados a participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme LC nº. 147/2014, art. 48.

Item	Especificação	Unid.	Qtde.	Valor unitário	Valor Total
0001	ACABAMENTO PARA VÁLVULA DESCARGA CROMADA	UND	50		
0002	ADAPTADOR 20X1/2"	UND	200		
0003	ADAPTADOR 25X3/4"	UND	200		
0004	ADAPTADOR 32 X 1 MM	UND	120		
0005	ADESIVO PLÁSTICO 17G	UND	100		
0006	ADESIVO PLÁSTICO 75G	UND	200		
0007	ADESIVO PVC 175G	UND	50		
0008	ALICATE UNIVERSAL	UND	20		
0009	ARAME RECOZIDO 18	KG	750		
0010	ARCO SERRA ACO	UND	40		
0011	AREIA	M	350		
0012	ARGAMASSA AC -I 15 KG	PCT	800		
0013	ARGAMASSA AC -II 15 KG	UND	600		
0014	ARGAMASSA AC -III 15 KG	UND	400		
0015	ASSENTO SANITÁRIO BRANCO	UND	100		
0016	BACIA PARA ACOPLADA	UND	35		
0017	BACIA SANITÁRIA	UND	25		
0018	BACIA SANITÁRIA CONV. BRANCA	UND	75		
0019	BALDE PLASTICO MULTIUSO	UND	200		
0020	BARRA CANTONEIRA 1.1/2X1/8	BR	120		
0021	BARRA CANTONEIRA 1X1/8	BR	120		
0022	BARRA CANTONEIRA 3/4 X 1/8	UND	250		
0023	BARRA CANTONEIRA ¾	BR	120		
0024	BARRA CHATA 1/2 X 1/18	BR	750		
0025	BARRA CHATA 5/8	BR	350		
0026	BARRA CHATA DE 1 1/2 X 1/8	BR	100		
0027	BARRA CHATA ½	BR	350		
0028	BARRA CHATA ¾	BR	350		
0029	BARRA DE FERRO 3/8	BR	100		
0030	BARRA DE FERRO 5/16	BR	100		
0031	BARRA DE FERRO ¼	BR	100		
0032	BARRA ROSCAVEL 1/2	UND	120		
0033	BARRA ROSCAVEL 1/4	UND	120		
0034	BARRA ROSCAVEL 3/8	UND	120		
0035	BARRA ROSCAVEL 5/16	UND	120		
0036	BARRA ROSCAVEL 5/8	UND	120		
0037	BOCAL PARA LUMINÁRIA 1 X 27	UND	750		



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA - RN

Rua São José, nº 05, Centro. CEP.: 59930-000.

CGC. (MF) 08.355.471/0001-24

Site: www.coroneljoापessoa.rn.gov.br



0038	BOTA EM BORRACHA (DIVERSA NUMERAÇÃO)	PAR	70		
0039	BOTA EM COURO (DIVERSA NUMERAÇÃO)	PAR	50		
0040	BRITA	M	110		
0041	BROCA PARA CONCRETO 10,0MM	UND	80		
0042	BROCA PARA CONCRETO 12,0MM	UND	60		
0043	BROCA PARA CONCRETO 3/16 5MM	UND	50		
0044	BROCA PARA CONCRETO 5/16 8MM	UND	50		
0045	BROCA PARA CONCRETO 9/32 7MM	UND	50		
0046	BROCA PARA METAL	UND	70		
0047	CABO DE MADEIRA P/CHIBANCA	UND	100		
0048	CABO FLEXÍVEL 2,5 MM	PC	35		
0049	CABO FLEXÍVEL 4,0 MM	PC	35		
0050	CABO FLEXÍVEL 6,0 MM	PC	35		
0051	CABO MADEIRA 1,50M ENXADA	UND	100		
0052	CABO PP 2 X 1,00 MM C/100MT	PC	20		
0053	CABO PP 2 X 1,50 MM C/100MT	PC	20		
0054	CABO PP 2 X 2,50 MM C/100MT	PC	20		
0055	CABO PP 3 X 4,00 MM C/100MT	PC	20		
0056	CABO PP 4 X 6,00 MM C/100MT	PC	20		
0057	CADEADO 20	UND	120		
0058	CADEADO 25	UND	100		
0059	CADEADO 30	UND	100		
0060	CADEADO 40	PC	80		
0061	CADEADO Nº 35 MM	UND	50		
0062	CAIXA D' ÁGUA 310L	UND	50		
0063	CAIXA D' ÁGUA 1.000L	UND	20		
0064	CAIXA D' ÁGUA 2.000L	UND	10		
0065	CAIXA D' ÁGUA 5.000L	UND	5		
0066	CAIXA D' ÁGUA 500L	UND	35		
0067	CAIXA DE DESCARGA	UND	60		
0068	CAIXA LUZ PUC 4X2	UND	60		
0069	CAIXA MONOFASICA PADRAO COSERN	UND	50		
0070	CAIXA PLASTICA P/ARGAMASSA PRETA	UND	20		
0071	CAIXA SIFONADA RÍGIDA PVC 100X100X50	UND	10		
0072	CAIXA TRIFASICA PADRAO COSERN	UND	20		
0073	CAMARA DE AR PARA CARRO DE MÃO	UND	70		
0074	CANALETA SISTEMA X	UND	100		
0075	CANTONEIRA 1X 1/8	BR	250		
0076	CARRO DE MÃO AÇO	UND	20		
0077	CHAPA 14"	UND	25		
0078	CHAPA 16"	UND	25		
0079	CHAPA PRETA 18	UND	50		
0080	CHUVEIRO PLÁSTICO	UND	20		
0081	CIMENTO SACO COM 50KG	SACO	1200		
0082	COLA BRANCA 1 KG	UND	300		
0083	COLA BRANCA 500G	UND	500		
0084	COLHER DE PEDREIRO N8	UND	50		
0085	COLUNA AÇO 3/8 6MT	UND	50		
0086	COLUNA AÇO 5/16 6MT	UND	100		
0087	CONECTOR P/ HASTE DE ATERRAMENTO	UND	40		
0088	CURVA ELETRODUTO 1	UND	30		
0089	CURVA ELETRODUTO 1.1/2	UND	30		
0090	CURVA ELETRODUTO 1/2	UND	30		
0091	DESEMPENADEIRA LISA	UND	5		
0092	DIALINE SINT. 3,6 GL BRANCO NEVES OU SIMILAR DE MESMA QUALIDADE	GL	180		
0093	DIALINE SINT. 3,6 GL CERAMICA OU SIMILAR DE MESMA QUALIDADE	GL	180		
0094	DIALINE SINT. 3,6 GL CINZA MEDIO OU SIMILAR DE MESMA QUALIDADE	GL	180		
0095	DIALINE SINT. 3,6 GL PLATINA OU SIMILAR DE MESMA QUALIDADE	GL	180		
0096	DISCO DIAMANTADO	UND	10		
0097	DISJUNTOR MONOFASICO 20 AP	UND	50		
0098	DISJUNTOR MONOFASICO 25 AP	UND	50		
0099	DISJUNTOR MONOFASICO 30 AP	UND	50		
0100	DUCHA HIGIENICA	UND	10		
0101	ELETRODUTO CONRRUGADO 1/2	RL	10		



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA - RN

Rua São José, nº 05, Centro. CEP.: 59930-000.

CGC. (MF) 08.355.471/0001-24

Site: www.coroneljoापessoa.rn.gov.br



0102	ELETRODUTO CONRRUGADO 3/4	RL	10		
0103	ENXADA NRTE 2,5 S/CABO	UND	80		
0104	ESCADA DOMESTICA 7 DEGRAUS	UND	10		
0105	ESPATULA DE AÇO	UND	15		
0106	FECHADURA EXTERNA L700 ALAVANCA	UND	30		
0107	FECHADURA INTERNA L800 ALAVANCA	UND	30		
0108	FERRO ESTRIVO	KG	750		
0109	FERRO REDONDO LISO 3/8	BR	100		
0110	FITA ISOLANTE C/20 M	UND	150		
0111	FUNDO BRANCO GALÃO 3,6 LITROS	UND	40		
0112	HIDROBRILHO LATA 18 LT	UND	80		
0113	IMPERMEABILIZANTE GL 4KG	GL	35		
0114	INTERRUPTOR 1 TECLA SIMPLES	UND	200		
0115	INTERRUPTOR 1 TECLA+TOMADA	UND	250		
0116	JOELHO 45° 100 MM ESGOTO	UND	300		
0117	JOELHO 45° 40 MM ESGOTO	UND	300		
0118	JOELHO 45° 50 MM ESGOTO	UND	300		
0119	JOELHO 45° 75 MM ESGOTO	UND	300		
0120	JOELHO SOLDÁVEL 20 MM	UND	75		
0121	JOELHO SOLDÁVEL 25X1/2"	UND	75		
0122	JOELHO SOLDÁVEL 32 MM	UND	75		
0123	JOELHO SOLDÁVEL 50MM	UND	75		
0124	JOELHO SOLDÁVEL 40MM	UND	75		
0125	JUNÇÃO 100X100MM	UND	30		
0126	JUNÇÃO 50X50MM	UND	30		
0127	LAMPADA COMPACTA ELETRICA 14 W	UND	80		
0128	LAMPADA COMPACTA ELETRICA 15 W	UND	100		
0129	LAMPADA COMPACTA ELETRICA 20 W	UND	100		
0130	LAMPADA COMPACTA ELETRICA 25 W	UND	100		
0131	LAMPADA COMPACTA ELETRICA 59 W	UND	25		
0132	LAMPADA COMPACTA ELETRICA ESPIRAL 25 W	UND	10		
0133	LAMPADA COMPACTA ELETRICA ESPIRAL 45 W	UND	10		
0134	LAMPADA FLUORECENTE 20 W	UND	150		
0135	LAMPADA FLUORECENTE 40 W	UND	150		
0136	LAPIS MAECENEIRO	UND	15		
0137	LAVATORIO COM COLUNA	UND	25		
0138	LAVATORIO SUSPENSO	UND	25		
0139	LIXA	UND	250		
0140	LUVA ELETRODUTO 1	UND	25		
0141	LUVA ELETRODUTO 1.1/2	UND	25		
0142	LUVA ELETRODUTO 1/2	UND	25		
0143	LUVA EM COURO	PAR	35		
0144	LUVA EM PANO	PAR	20		
0145	MASSA CORRIDA GL 18L	GL	100		
0146	MASSA CORRINDA LT	LT	250		
0147	METALON 20 X 20	BR	200		
0148	METALON 20 X 30	BR	200		
0149	METALON 30X30	BR	100		
0150	METALON 50 X 30	BR	100		
0151	PA DE BICO 71CM N4	UND	75		
0152	PALHA DE AÇO	UND	150		
0153	PIA INOX 150X60	UND	5		
0154	PICARETA CHIBANCA 4LB S/CABO	UND	50		
0155	PICARETA ESTREITA 4LB	UND	25		
0156	PNEU PARA CARRO DE MÃO	UND	30		
0157	PORTA SOFONADA 210X60	UND	15		
0158	PORTA SOFONADA 210X70	UND	15		
0159	PORTA SOFONADA 210X80	UND	15		
0160	PREGO 1 1/2 X 12	KG	250		
0161	PREGO 1 1/2X13	KG	200		
0162	PREGO 1 1/2X15	KG	100		
0163	PREGO 18X27	KG	100		
0164	PREGO 2 1/2X10	KG	100		
0165	PREGO 3X8	KG	250		
0166	QUADRO DISTRIBUIÇÃO 7 A 12 CIRCUITOS	UND	50		
0167	REATOR CONVENCIONAL 1X20W	UND	200		
0168	REATOR CONVENCIONAL 2X20W	UND	100		



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA - RN

Rua São José, nº 05, Centro. CEP.: 59930-000.

CGC. (MF) 08.355.471/0001-24

Site: www.coroneljoापessoa.rn.gov.br



0169	REATOR CONVENCIONAL 2X40W	UND	100		
0170	REGISTRO ESFERA SOLDÁVEL 20 MM	UND	50		
0171	REGISTRO ESFERA SOLDÁVEL 25 MM	UND	50		
0172	REGISTRO ESFERA SOLDÁVEL 32 MM	UND	50		
0173	REGISTRO ESFERA SOLDÁVEL 40 MM	UND	50		
0174	REGISTRO ESFERA SOLDÁVEL 50 MM	UND	50		
0175	REGISTRO GAVETA 1 1/2	UND	100		
0176	REGISTRO GAVETA 3/4	UND	100		
0177	REGISTRO PRESSÃO 1416 3/4 C-50	UND	100		
0178	REJUNTE TIPO 2	KG	750		
0179	ROLO ESPONJA COM CABO 23CM	UND	30		
0180	ROLO ESPONJA COM CABO 9CM	UND	40		
0181	ROLO LÃ 23 CM	UND	25		
0182	SELADOR ACRÍLICO GALÃO 3,6GL	GL	30		
0183	SELADOR ACRÍLICO LATÃO 18L	LT	20		
0184	SERRA BI-METAL	UND	10		
0185	SUPERCAL PACOTE COM 5KG	PCT	750		
0186	TE ESGOTO 100X100MM	UND	120		
0187	TE ESGOTO 40 X 40 MM	UND	100		
0188	TE ESGOTO 50 X 50 MM	UND	150		
0189	TE ESGOTO 75X75MM	UND	80		
0190	TE SOLDÁVEL 20 MM	UND	250		
0191	TE SOLDÁVEL 25 MM	UND	75		
0192	TE SOLDÁVEL 32MM	UND	50		
0193	TE SOLDÁVEL 40MM	UND	30		
0194	TE SOLDÁVEL 50MM	UND	40		
0195	TELHA - PRIMEIRA	ML	60		
0196	TELHA DE BRASILIT 244 X 50	UND	200		
0197	TIJOLO "BLOCO"	ML	120		
0198	TIJOLO "COMUM"	ML	100		
0199	TINTA EM PÓ 5KG	PCT	300		
0200	TINTA EXTERNA GALÃO 3,6 LITRO	GL	200		
0201	TINTA EXTERNA LATÃO 18 LITRO	LT	50		
0202	TINTA INTERNA GALÃO 3,6 LITRO	GL	125		
0203	TINTA INTERNA LATÃO 18 LITRO	LT	50		
0204	TOMADA 4X2 2P+T	UND	100		
0205	TOMADA SIMPLES	UND	150		
0206	TORNEIRA PARA LAVATÓRIO 1193 1/2	UND	30		
0207	TORNEIRA PARA PIA 1158 C-23	UND	50		
0208	TRELIÇA DE 6MT	UND	100		
0209	TUBO ELETRODUTO ROSCA 1	TB	30		
0210	TUBO ELETRODUTO ROSCA 1.1/2	TB	30		
0211	TUBO ELETRODUTO ROSCA 1/2	TB	30		
0212	TUBO ESGOTO 100 MM	TB	150		
0213	TUBO ESGOTO 150 MM	TB	100		
0214	TUBO ESGOTO 40 MM	TB	120		
0215	TUBO ESGOTO 50 MM	TB	200		
0216	TUBO ESGOTO 75 MM	TB	100		
0217	TUBO GALVANIZADO 40"	UND	75		
0218	TUBO GALVANIZADO 50"	UND	75		
0219	TUBO GALVANIZADO 60"	UND	50		
0220	TUBO SOLDÁVEL 20MM	TB	350		
0221	TUBO SOLDÁVEL 25 MM	TB	200		
0222	TUBO SOLDÁVEL 32 MM	TB	180		
0223	TUBO SOLDÁVEL 40 MM	TB	200		
0224	TUBO SOLDÁVEL 50MM	TB	150		
0225	VASSOURAO GARI	UND	100		
0226	WHITE LUB SUPER 100ML ORBI QUIMICA	UND	50		
0227	ZARCÃO GALÃO	GL	35		
0228	ZARCÃO LT	LT	100		
0229	ÁSTER PARA ATERRAMENTO	UND	200		
				Total:	

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA - RN

Rua São José, nº 05, Centro. CEP.: 59930-000.

CGC. (MF) 08.355.471/0001-24

Site: www.coroneljoapessoa.rn.gov.br



4.1 A licitante vencedora ou assistência técnica indicada, conforme o caso deverá possuir técnicos, ferramentas, equipamentos, peças e componentes originais, e quaisquer outros equipamentos necessários à boa execução dos serviços, bem como produtos ou matérias indispensáveis à limpeza, manutenção e conservação dos equipamentos.

4.2 Informar de forma expressa, por ocasião da entrega dos produtos, que todos os equipamentos adquiridos serão registrados em nome da Contratada junto ao fabricante, estando vetados quaisquer outros artifícios.

4.3. A licitante vencedora disponibilizará à Contratante o meio de contato telefônico ou e-mail, visando receber os chamados técnicos para prestar os eventuais serviços de suporte, ou troca de material adquirido sem condições de consumo.

6. DO LOCAL E DO PRAZO DE ENTREGA

6.1 Os produtos deverão ser entregues, no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da Ordem de Compra e Nota de Empenho da Prefeitura Municipal de Coronel João Pessoa, à Rua São José 05 - Centro - Coronel João Pessoa/RN, das 08:00 às 13:00 horas;

6.2 A devida entrega, conforme item 6.1 será de total responsabilidade da a empresa Contratada.

Coronel João Pessoa/RN, 17 de Junho de 2015

FRANCISCO HERMINIO DE SOUZA
Secretário



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA - RN
Rua São José, nº 05, Centro. CEP.: 59930-000.
CGC. (MF) 08.355.471/0001-24
Site: www.coroneljoापessoa.rn.gov.br



ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÕES

DECLARAÇÃO

A Licitante _____, CNPJ/MF n.º _____, por seu representante legal abaixo assinado, declara, sob as penalidades da Lei, que até a presente data, NÃO EXISTE FATO QUE INVALIDE O SEU REGISTRO CADASTRAL NO CRC, para fins de habilitação na presente licitação, (Art. 32 - § 2º Lei 8.666/93) e declara também sob as penas da Lei que não foi declarada inidônea por qualquer ORGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA”, em qualquer de suas esferas, Federal, Estadual, Municipal e no Distrito Federal, de que não está impedida de licitar e contratar com a **xxxxxx** (Art.87 Inciso IV Lei 8.666/93), e de que encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Local, data

assinatura do representante legal

Nome: _____

Função: _____



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA - RN
Rua São José, nº 05, Centro. CEP.: 59930-000.
CGC. (MF) 08.355.471/0001-24
Site: www.coroneljoaopessoa.rn.gov.br



DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CF.
(EMPREGADO MENOR)

A empresa (nome/razão social), CNPJ nº _____, estabelecida na (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, Sr(a). _____, portador(a) da CI nº _____, expedida pelo _____, e do CPF nº _____, declara, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei nº 9.854/1999).

Local, data

assinatura do representante legal



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA - RN

Rua São José, nº 05, Centro. CEP.: 59930-000.

CGC. (MF) 08.355.471/0001-24

Site: www.coroneljoापessoa.rn.gov.br



ANEXO III - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Aos dias do mês de do ano de, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA**, situada na Rua São José, 05 – Centro – São Miguel – RN, inscrita no CNPJ sob o nº 08.355.471/0001-24, representada neste ato pelo Sr. _____, nos termos da Lei nº 8.666/1993, da Lei nº 10.520/2002, no Decreto nº 5.450/2005, no Decreto nº 3.931/2001 alterado pelo Decreto nº 4.342/2002, e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no **Pregão Presencial nº**, **RESOLVE** registrar o preço ofertado pela(s) empresa(s) fornecedora(s) _____, observadas as especificações, os preços, os quantitativos e os fornecedores classificados na licitação supracitada, bem como as cláusulas e condições abaixo estabelecidas, constituindo-se esta Ata em documento vinculativo e obrigacional às partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto o

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculativo obrigacional com característica de compromisso para futura contratação, terá validade de 01 (um) ano, a contar da data registrada no sistema.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços a CONTRATANTE não estará obrigada a adquirir o produto referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie ao FORNECEDOR, sendo, entretanto, assegurada aos beneficiários do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o FORNECEDOR assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

2.4. A contratação decorrente desta Ata será formalizada pela emissão de Nota de Empenho de Despesa e competente Autorização de Fornecimento, a qual deverá ser assinada e retirada pelo Fornecedor no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da comunicação da CONTRATANTE.

2.5. Mediante a retirada da Nota de Empenho e Autorização de Fornecimento, estará caracterizado o compromisso de entrega do produto.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS E DOS ITENS DE FORNECIMENTO

3.1. Os preços ofertados pela empresa classificada em primeiro lugar, por objeto/item, signatária da presente Ata de Registro de Preços, constam do Anexo (Ata), que constituem anexo à presente Ata de



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA - RN

Rua São José, nº 05, Centro. CEP.: 59930-000.

CGC. (MF) 08.355.471/0001-24

Site: www.coroneljoapessoa.rn.gov.br



Registro de Preços. Os preços, expressos em Real (R\$), serão fixos e irrevogáveis pelo período de 01 (um) ano, contado a partir da presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUARTA - DO CONTROLE E ALTERAÇÃO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

4.2. O preço registrado poderá ser revisto em face de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.

4.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado a CONTRATANTE convocará o FORNECEDOR visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado. Frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido.

4.4. Na hipótese do parágrafo anterior, a CONTRATANTE convocará os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a CONTRATANTE poderá:

4.5.1. Liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

4.5.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação. Não havendo êxito nas negociações, a CONTRATANTE procederá à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA QUINTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

5.1. O recebimento, o local e o prazo de entrega do produto deverá ocorrer de acordo com o endereço insediado na Autorização de Compra.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 A entrega do produto só estará caracterizada mediante solicitação do mesmo.

6.2. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente esteja prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 O produto deverá ser entregue acompanhado da Nota Fiscal/Fatura correspondente e certidões que comprovem sua regularidade fiscal.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO



7.1. O pagamento será efetuado em até o 30 (trinta) dias àquele em que foi realizada a entrega do produto, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, atestada pelo Setor Responsável.

CLÁUSULA OITAVA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

8.1. As quantidades inicialmente contratadas poderão ser acrescidas ou suprimidas dentro dos limites previstos no § 1º do artigo 65 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto do Pregão, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos fornecedores as sanções previstas no presente Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS USUÁRIOS PARTICIPANTES EXTRAORDINÁRIOS

10.1. Poderá utilizar-se desta Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta, desde que devidamente comprovada a vantagem, conforme art. 8º, Decreto nº 3.931/2001.

10.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da presente Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto à CONTRATANTE, para que esta indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.3. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, sem prejuízos dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações assumidas com o CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DO PROPONENTE.

11.1. O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

11.1.1. A pedido, quando:

11.1.1.1. Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

11.1.1.2. O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações, e se a comunicação ocorrer antes do período de fornecimento.

11.1.2. Por iniciativa da PMCJP, quando:



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA - RN

Rua São José, nº 05, Centro. CEP.: 59930-000.

CGC. (MF) 08.355.471/0001-24

Site: www.coroneljoapessoa.rn.gov.br



11.1.2.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

11.1.2.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

11.1.2.3 Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

11.1.2.4. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

11.1.2.5. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços.

11.1.3. Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes.

11.1.4. Em quaisquer das hipóteses descritas na Condição anterior, concluído o processo, a PMCJP fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos Proponentes a nova ordem de registro.

11.2. A Ata de Registro de Preços, decorrente desta licitação, poderá ser cancelada automaticamente:

11.2.1. Por decurso de prazo de vigência.

11.2.2. Quando não restarem fornecedores registrados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA SUSTENTABILIDADE

12.1. Entregar produtos preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e armazenamento.

12.2. Entregar produtos que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na Diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Integram esta Ata o Edital do Pregão, os anexos e a proposta das empresas classificadas em 1º lugar no certame supra citado.

13.2. Os casos omissos serão resolvidos com observância das disposições constantes na Lei nº 8.666, de 21.06.1993, no Decreto nº 3.931, de 9.09.2001, na Lei nº 10.520, de 17.07.2002, no Decreto nº 3.555, de 08.08.2000 e no Decreto nº 5.450, de 31.05.2005, com suas alterações.

13.3. A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Contratante.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA - RN
Rua São José, nº 05, Centro. CEP.: 59930-000.
CGC. (MF) 08.355.471/0001-24
Site: www.coroneljoापessoa.rn.gov.br



Fica eleito o Foro da Justiça de São Miguel/RN, para dirimir quaisquer questões oriundas da execução deste Contrato.

Assim ajustadas, obrigando-se por si e sucessores, as partes firmam o presente instrumento em 02(duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Coronel João Pessoa/RN, de de .

.....
Pela **CONTRATANTE**

.....
Pela **CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:



ANEXO IV - MINUTA DE CONTRATO

Contrato para a Registro de preço para futura e eventual aquisição de material para construções e reforma, que entre si fazem, de um lado o Município de Coronel João Pessoa/Rio Grande do Norte e do outro

O **MUNICÍPIO DE Coronel João Pessoa**, Estado do Rio Grande do Norte, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 08.355.471/0001-24, através da SECRETARIA DE SERV.UR.OBRAS E TRANSPORTE, neste ato representada por seu(sua) Ordenador(a) de Despesas, o(a) Sr(a). FRANCISCO ALVES DA COSTA, residente e domiciliado(a) na Cidade de Coronel João Pessoa/RN, apenas denominado de **CONTRATANTE**, e de outro lado, estabelecida na, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º e C.G.F. sob o nº, neste ato representada por, portador(a) do CPF nº, apenas denominada de **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente Contrato, tendo em vista o resultado da Licitação na modalidade Pregão nº 2015.06.04-01PP, tudo de acordo com as normas gerais da Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores, bem como com a Lei nº 10.520/02 – Lei que Regulamenta o Pregão, na forma das cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1 - Processo de Licitação na modalidade Pregão nº 2015.06.04-01PP, de acordo com as normas gerais da Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores, bem como com a Lei nº 10.520/02 – Lei que Regulamenta o Pregão, devidamente homologado pelo(a) Sr(a). FRANCISCO ALVES DA COSTA, Ordenador(a) de Despesas da SECRETARIA DE SERV.UR.OBRAS E TRANSPORTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 - O presente Instrumento tem como objeto a Registro de preço para futura e eventual aquisição de material para construções e reforma, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital Convocatório, nos quais a Contratada sagrou-se vencedora, conforme discriminado no quadro abaixo:

.....

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

3.1 - O objeto contratual tem o valor total de R\$ (.....).

3.2 – O valor do presente contrato não será reajustado.

3.3 – Poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, desde que objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, nos termos do Art. 65,



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA - RN

Rua São José, nº 05, Centro. CEP.: 59930-000.

CGC. (MF) 08.355.471/0001-24

Site: www.coroneljoापessoa.rn.gov.br



Inciso II, alínea “d” da Lei 8.666/93, devendo ser formalizado através de ato administrativo.

3.4 - Para a efetivação do que trata o item anterior, deverá a Contratada apresentar requerimento formal à Administração Municipal solicitando o reequilíbrio econômico-financeiro do(s) preço(s) do item(ns) que se fizer(em) necessário(s) para a justa remuneração do(s) fornecimento(s), devendo o referido pedido ser acompanhado da(s) nota(s) fiscal (is) de entrada da(s) mercadoria(s), do período compreendido entre a data da contratação e da solicitação, que será formalizado através de Termo Aditivo, cuja publicação do mesmo, em forma resumida, deverá ser providenciada pela Contratante, em obediência ao disposto no § único, do Art. 61, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

4.1 - O presente Contrato terá vigência até 12 MESES, a contar da data de sua assinatura, ou enquanto decorrer o fornecimento dos produtos dentro da vigência do mesmo.

CLÁUSULA QUINTA - DA ENTREGA DOS PRODUTOS E DO RECEBIMENTO

5.1 - Os produtos serão fornecidos de acordo com as solicitações requisitadas pela SECRETARIA DE SERV.UR.OBRAS E TRANSPORTE, devendo os mesmos ser entregues junto à sede desta, ou onde for mencionado nas respectivas Ordens de Compra, ficando a Administração no direito de solicitar apenas aquela quantidade que lhe for estritamente necessária, sendo as despesas com a entrega de responsabilidade da empresa Contratada.

5.2 - Os produtos deverão ser entregues no prazo de PRAZO_EXECUÇÃO, a contar do recebimento da respectiva Ordem de Compra.

5.3 - A Contratada ficará obrigada a trocar, as suas expensas, os produtos que vierem a ser recusados por justo motivo, sendo que o ato do recebimento não importará a sua aceitação.

5.4 - A Contratada deverá efetuar as entregas em transporte adequado para tanto, sendo que os produtos deverão estar todos em embalagens fechadas, contendo a identificação da data de industrialização e o prazo de validade, quando for o caso.

5.5 - Caso a Prefeitura venha optar por entrega programada a contratada deverá dispor de instalações condizentes e compatíveis para a guarda e armazenamento dos produtos.

5.6 - O recebimento dos produtos será efetuado nos seguintes termos:

5.6.1 - Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do produto com a especificação;

5.6.2 – Definitivamente, após verificação da qualidade e quantidade do produto, pelo setor responsável pela solicitação e conseqüentemente aceitação.

CLÁUSULA SEXTA - DA ORIGEM DOS RECURSOS

6.1 - As despesas deste Contrato correrão por conta de recursos oriundos do(e) RECURSO, previstos na seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão	Unid. Orç.	Projeto/Atividade	Elemento de Despesa
02	07	15.452.0058.2.019.0000	4.4.90.51.00

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1 - O pagamento dos produtos fornecidos será efetuado pela Administração, mensalmente, obedecidas as requisições, em moeda corrente, conforme o valor apresentado na fatura correspondente e certificado pelo setor competente limitando-se o desembolso máximo em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros do Tesouro Municipal, em prazo não superior a 30 (trinta) dias.

7.2 - O pagamento será efetuado através de Cheque Nominal a Empresa.



CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 - A Contratada para fornecer o(s) produto(s), objeto do presente Contrato, obrigará-se a:

8.1.1 – Cumprir integralmente as disposições deste Instrumento e do Edital Convocatório.

8.1.2 – Responsabilizar-se pela perfeição do(s) produto(s) objeto deste Contrato, sendo ainda responsável por quaisquer danos pessoais ou materiais, inclusive contra terceiros, ocorridos durante seu fornecimento.

8.1.3 – Responsabilizar-se e zelar pelo pagamento de suas dívidas em favor de terceiros envolvidos na execução do objeto contratual, em particular no que se refere às contribuições devidas à Previdência Social, Obrigações Trabalhistas, Seguros e aos Tributos à Fazenda Pública em geral.

8.1.4 – Manter, durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.1.5 – Fornecer com presteza e dignidade o(s) produto(s) objeto deste Contrato.

8.1.6 – Aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessários na forma estabelecida no Art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada.

8.1.7 – Entregar no prazo máximo de PRAZO_EXECUÇÃO, a contar do recebimento da respectiva Ordem de Compra, os produtos requisitados pelo setor competente, devendo os mesmos ser entregues na sede da SECRETARIA DE SERV.UR.OBRAS E TRANSPORTE, ou no local indicado na antedita Ordem de Compra, sendo as despesas com a entrega de sua responsabilidade.

8.1.8 – Trocar, as suas expensas, o(s) produto(s) que vier(em) a ser recusado(s) por justo motivo, sendo que o ato de recebimento não importará em sua aceitação.

8.1.9 – Efetuar a entrega do(s) produto(s) em transporte adequado para tanto, sendo que os mesmos deverão estar todos em embalagens fechadas, contendo a identificação da data de industrialização e o prazo de validade, quando for o caso.

8.1.10 – Caso a Contratante venha optar por entrega programada a Contratada deverá dispor de instalações condizentes e compatíveis para a guarda e armazenamento dos produtos pondo-os a salvo de possível deterioração.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 - A Contratante obrigará-se a:

9.1.1 - Exigir o fiel cumprimento do Edital e deste Contrato, bem como zelo no fornecimento e o cumprimento dos prazos.

9.1.2 - Notificar a CONTRATADA sobre qualquer irregularidade no fornecimento do(s) produto(s) objeto deste Contrato.

9.1.3 - Acompanhar e fiscalizar junto a Contratada, através da Secretaria Municipal contratante, a execução do objeto contratual.

9.1.4 - Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste Instrumento, bem como zelar pelo cumprimento de todas as cláusulas contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES

10.1 - À Contratada total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções dos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93, e suas demais alterações.

10.2 – O Atraso injustificado na execução do contrato, inadimplemento, sujeitará a Contratada às seguintes sanções:

10.2.1 – Advertência;

10.2.2 - Multas necessárias, conforme segue:

10.2.2.1 – O prazo de entrega deverá ser rigorosamente observado, ficando desde já estabelecido a



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA - RN

Rua São José, nº 05, Centro. CEP.: 59930-000.

CGC. (MF) 08.355.471/0001-24

Site: www.coroneljoapessoa.rn.gov.br



multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor da respectiva Ordem de Compra, caso seja inferior a 30 (trinta) dias.

10.2.2.2 – Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da respectiva Ordem de Compra, no caso de atraso superior à 30 (trinta) dias.

10.2.3 - Suspensão temporária do direito de participar em licitações e impedimento de contratar com a **Prefeitura de Coronel João Pessoa** por prazo não superior a 02 (dois) anos.

10.2.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3 - A Prefeitura de Coronel João Pessoa, sem prejuízo das sanções aplicáveis, reterá crédito, promoverá cobrança judicial ou extrajudicial, a fim de receber multas aplicadas e resguardar-se dos danos e perdas que tiver sofrido por culpa da empresa Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1 - Este contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela Contratante, por conveniência administrativa ou por infringência de qualquer das condições pactuadas.

11.2 - O não cumprimento das disposições especificadas neste Contrato implicará automaticamente em quebra de Contrato, ensejando rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal 8.666/93, reconhecidos desde já os direitos da Administração, com relação as normas contratuais e as previstas em Lei ou Regulamento dispostas no presente Instrumento.

11.3 - O presente contrato é rescindível ainda, independentemente de qualquer interpelação Judicial ou Extrajudicial, nos casos de:

11.3.1 – Omissão de pagamento pela CONTRATANTE;

11.3.2 – Inadimplência de qualquer de suas cláusulas por qualquer uma das partes;

11.3.3 – Acerto em comum acordo por iniciativa de uma das partes, mediante aviso por escrito com 30 (trinta) dias de antecedência, sem ônus para ambas as partes.

11.3.4 – No caso de não cumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato, a parte que se sentir prejudicada poderá rescindi-lo sem que se faça necessário uma comunicação por escrito com a antecedência definida no subitem anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

12.1 – Quaisquer alterações que venham a ocorrer neste Instrumento serão efetuadas mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

13.1 – Este contrato deverá ser publicado por afixação em local de costume, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS ANEXOS

14.1 - Integram o presente contrato todas as peças que formaram o procedimento licitatório, a proposta apresentada pela Contratada, bem como eventuais correspondências trocadas entre as partes, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - O Foro competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato é o da Comarca de Coronel João Pessoa - Rio Grande do Norte.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA - RN

Rua São José, nº 05, Centro. CEP.: 59930-000.

CGC. (MF) 08.355.471/0001-24

Site: www.coroneljoaopessoa.rn.gov.br



Declaram as partes que este Contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva de acordo entre elas celebrado e, por assim estarem de acordo, assinam o presente Contrato as partes e as testemunhas abaixo firmadas.

Coronel João Pessoa/RN,

.....
FRANCISCO ALVES DA COSTA
CONTRATANTE

.....
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1) CPF

2) CPF



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA - RN

Rua São José, nº 05, Centro. CEP.: 59930-000.

CGC. (MF) 08.355.471/0001-24

Site: www.coroneljoapessoa.rn.gov.br

